

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023,
e o relatório dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-135-2025

Ribeirão Preto-SP, 21 de fevereiro de 2025.

À
Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais
Luis Eduardo de Magalhães-BA

Atenção do Senhor **Marcelino Kuhn**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Cooperados da
Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais
Luís Eduardo de Magalhães-BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 21 de fevereiro de 2025.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3
CVM nº 11-713



Ricardo Aurélio Rissi
Contador – CRC 1SP137183/O-8

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.935	48.384	Fornecedores	9	70.973	60.593
Contas a receber	5	59.247	29.940	Obrigações com cooperados	10	27.330	12.132
Estoques	6	81.728	111.330	Arrendamentos a pagar		197	505
Impostos e contribuições a recuperar		3.904	2.259	Obrigações sociais e trabalhistas		1.806	2.219
Outros créditos		507	777	Impostos e contribuições a recolher		6.024	7.361
Total do ativo circulante		192.321	192.690	Adiantamentos de clientes	11	2.912	23.891
Não circulante				Venda para entrega futura	12	9.457	13.336
Investimentos	7	18.226	11.035	Outras obrigações		518	287
Direito de uso		237	693	Total do passivo circulante		119.217	120.324
Imobilizado	8	13.565	12.826	Não circulante			
Total do ativo não circulante		32.028	24.554	Arrendamentos a pagar		-	188
				Total do passivo não circulante		-	188
				Patrimônio líquido			
				Capital social		25.003	15.259
				Reserva legal		60.307	54.089
				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		8.670	12.817
				Reserva de incentivos fiscais		3.302	3.302
				Sobras à disposição da AGO		7.850	11.265
				Total do patrimônio líquido	14	105.132	96.732
Total do ativo		224.349	217.244	Total do passivo e patrimônio líquido		224.349	217.244

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	Nota	2024	2.023
Ingresso operacional líquido	16	615.313	632.874
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(593.901)	(592.379)
Sobra bruta		21.412	40.495
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal	17	(10.946)	(9.842)
Dispêndios administrativos	18	(10.302)	(9.096)
Dispêndios tributários		(557)	(416)
Outros ingressos e dispêndios operacionais	19	2.922	10.254
		(18.883)	(9.100)
Sobra antes do resultado financeiro		2.529	31.395
Resultado financeiro			
Ingressos financeiros	20	18.375	9.597
Dispêndios financeiros	20	(10.983)	(4.535)
		7.392	5.062
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.921	36.457
Imposto de renda	21	-	(3.759)
Contribuição social	21	-	(1.362)
Sobra/lucro líquido do exercício		9.921	31.336
Utilização da RATES		5.019	3.604
Transferência do lucro com ato não cooperado para RATES		2.504	(9.892)
Recomposição de reserva de incentivos fiscais		-	(7)
Constituição de reservas legais e estatutárias:			
Reserva legal – 50%		(8.722)	(12.524)
RATES – 5%		(872)	(1.252)
Sobras à disposição da AGO		7.850	11.265

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Sobra líquida do exercício	<u>9.921</u>	<u>11.265</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.921</u>	<u>11.265</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de assistência técnica, educacional e social	Reserva de incentivos fiscais	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	8.124	41.565	5.277	-	21.557	76.523
Destinações da Assembleia Geral	-	-	-	3.295	(21.557)	(18.262)
Integralização de capital	7.150	-	-	-	-	7.150
Baixas de capital por saída de cooperados	(15)	-	-	-	-	(15)
Utilização da RATES	-	-	(3.604)	-	3.604	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	31.336	31.336
Transferência do lucro com ato não cooperado para RATES	-	-	9.892	-	(9.892)	-
Recomposição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	7	(7)	-
Constituição de reservas legais e estatutárias:						
Reserva legal	-	12.524	-	-	(12.524)	-
Reserva de assistência, educacional e social – RATES	-	-	1.252	-	(1.252)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.259	54.089	12.817	3.302	11.265	96.732
Destinações da Assembleia Geral	8.449	-	-	-	(11.265)	(2.816)
Integralização de capital	1.496	-	-	-	-	1.496
Baixas de capital por saída de cooperados	(201)	-	-	-	-	(201)
Utilização da RATES	-	-	(5.019)	-	5.019	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	9.921	9.921
Absorção do prejuízo do ato não cooperado	-	(2.504)	-	-	2.504	-
Constituição de reservas legais e estatutárias:						
Reserva legal	-	8.722	-	-	(8.722)	-
Reserva de assistência, educacional e social – RATES	-	-	872	-	(872)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.003	60.307	8.670	3.302	7.850	105.132

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	9.921	31.336
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.315	755
Valor residual da baixa do imobilizado e intangível	99	152
(Redução) aumento nos ativos:		
Contas a receber	(29.307)	20.846
Estoques	29.602	24.214
Impostos e contribuições a recuperar	(1.645)	(394)
Outros créditos	270	(184)
Redução nos passivos:		
Fornecedores	10.380	(35.309)
Obrigações com cooperados	15.198	1.306
Obrigações sociais e trabalhistas	(413)	987
Impostos e contribuições a recolher	(1.337)	5.426
Venda para entrega futura	(3.879)	(7.690)
Adiantamento de clientes	(20.979)	(24.534)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(265)	(123)
Recursos líquidos provenientes das operações	8.960	16.788
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(7.191)	(176)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(1.697)	(1.291)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(8.888)	(1.173)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	1.496	7.150
Baixas de capital por saída de cooperados	(201)	(15)
Distribuição de sobras	(2.816)	(18.262)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(1.521)	(11.127)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.449)	4.488
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46.935	48.384
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.384	43.896
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.449)	4.488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

Constituída em 18 de agosto de 2008, a Cooperfarms – Cooperativa de Produtores Rurais, é uma sociedade cooperativa sob os termos da Lei 5.764/71, com sede e administração localizadas no município de Luís Eduardo Magalhães, estado da Bahia.

A Cooperativa tem por objetivo prestar serviços aos cooperantes, congregando agricultores de sua área de ação, realizando o interesse econômico dos mesmos, através das seguintes atividades: (a) promover a difusão da doutrina cooperativista e seus princípios ao quadro social, técnico e funcional da Cooperativa; (b) adquirir bens de consumo quer de fontes produtoras, quer de fontes distribuidoras, nacionais ou estrangeiras, fornecendo-os nas melhores condições possíveis ao seu quadro social, destinados ao desenvolvimento da atividade agropecuária; (c) adquirir em nome dos cooperados ou da Cooperativa, os insumos, máquinas, implementos, peças e acessórios destinados à atividade; (d) prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos públicos ou privados atuantes no setor; (e) fornecer dados cadastrais dos cooperados aos potenciais fornecedores, quando autorizados pelos interessados; (f) difundir o potencial produtivo do quadro de cooperados para viabilizar melhores condições de negociação e preço; (g) prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica cooperativa e/ou seus cooperados; (h) representar comercialmente fornecedores de insumos agrícolas necessários à atividade dos cooperados, a fim de melhorar as condições de aquisição dos produtos por estes, desde que a sua atuação restrinja-se somente para a realização de atos cooperativos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei nº 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 21 de fevereiro de 2025.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras quando ocorrem são incluídas nas notas explicativas.

3 Políticas contábeis materiais

A Cooperativa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Cooperativa adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas/principais”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

a Reconhecimento de ingressos e receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

a.2 Venda para entrega futura

As vendas para entrega futura, são reconhecidas no passivo circulante como produtos a entregar, de modo que o ingresso ou a receita será reconhecido no resultado do exercício quando da efetiva entrega dos bens.

a.3 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

b Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa possui são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa (exceto aplicações financeiras) e contas a receber.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa classifica as aplicações financeiras.

(iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu seu controle.

b.2 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa incluem fornecedores, obrigações com cooperados e arrendamentos a pagar.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa possui são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

d Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data de aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

e Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos.

As perdas com créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

A estimativa para perdas com créditos esperadas é o valor mensurado com base na análise da carteira de recebíveis de cooperados, de clientes e de demais créditos, identificando os que carregam risco de não recebimento.

f Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições recuperáveis são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com as perspectivas de realização e para o saldo que possui dúvidas quanto sua recuperabilidade é constituída estimativa para perdas.

g Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com os critérios descritos a seguir, e em todos os casos não superiores ao valor líquido de realização:

- mercadorias de revenda e produtos agrícolas próprios: custo médio móvel ponderado de aquisição, descontados os impostos recuperáveis; e
- adiantamentos a fornecedores: valor do desembolso para futura compra de produtos e mercadorias.

h Investimentos

h.1 Participações societárias

São mensuradas ao custo histórico, não havendo situações que requerem a avaliação pelo método de equivalência patrimonial. Todos os investimentos estão operacionalmente ativos não sendo necessária estimativa para perdas.

i Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, acrescido do custo atribuído – *deemed cost* – para os bens das contas de terrenos e edificações e construções, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outras imobilizações, com base em laudo de peritos independentes.

i.2 Depreciação

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e valor residual recuperável.

i.3 Revisão de estimativas

Anualmente é adotada a prática de revisão da vida útil e do valor residual recuperável dos bens do ativo imobilizado. Não foi identificado qualquer alteração das estimativas anteriores, desta forma, não foram realizados ajustes.

i.4 Recuperabilidade

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

j Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos a amortização acumulada calculada de forma linear.

k Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l Fornecedores e cooperados

Correspondem as contas a pagar aos fornecedores e cooperados por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

m Arrendamentos a pagar

A Cooperativa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa de custo de capital de terceiros para financiamento imobiliário.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de prestações que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de custo de capital de terceiros para financiamento imobiliário, que corresponde aproximadamente a 1,39% ao mês.

A Cooperativa remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período de vigência dos contratos.

n Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

o Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

q Imposto de renda e contribuição social

Foram calculados o imposto de renda e a contribuição social unicamente sobre os resultados com não cooperados em face a não incidência sobre o resultado das operações com os cooperados.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido.

r Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme Artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os valores das cotas são reclassificadas para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho e será devolvido conforme o Estatuto e a Legislação da Cooperativa.

s Reserva de assistência técnica educacional e social – RATES

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, no montante de R\$ 5.019 (R\$ 3.604 em 2023) foram registrados como custos e dispêndios, sendo ao final do exercício realizado no mesmo montante a reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES para as sobras a disposição da AGO no patrimônio líquido, de acordo com a ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

t Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos conta movimento	581	7.278
Aplicações financeiras	46.354	41.106
	46.935	48.384

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

	2024	2023
Cooperados	32.775	17.348
Clientes	26.792	12.912
	59.567	30.260
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE (i)	(320)	(320)
	59.247	29.940

- (i) As perdas com créditos esperadas (PCE) foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão elaborada pela alta Administração da Cooperativa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

b Contas a receber por prazos de vencimento

	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	5.144	6.049
De 31 até 60 dias	5.072	-
De 61 até 90 dias	159	143
De 91 até 120 dias	353	-
De 121 até 150 dias	25.805	-
De 151 até 180 dias	174	9.305
Acima de 181 dias	1.026	3.923
	37.733	19.420
Vencidos		
Até 30 dias	17.308	706
De 31 até 60 dias	1.759	1.999
De 61 até 90 dias	1.179	1.329
De 91 até 120 dias	256	1.281
De 121 até 150 dias	-	201
Acima de 181 dias	1.332	5.324
	21.834	10.840
	59.567	30.260

6 Estoques

	2024	2023
Mercadorias para revenda	58.920	74.309
Mercadoria de terceiros (i)	132.155	105.727
(-) Estoque de mercadorias de terceiros (i)	(132.155)	(105.727)
Adiantamentos a fornecedores	22.808	37.021
	81.728	111.330

- (i) Referem-se a produtos (insumos agrícolas) adquiridos pelos cooperados diretamente dos fornecedores e remetidos à Cooperativa somente para armazenagem. A retirada desse estoque ocorre em conformidade com a necessidade de utilização dos cooperados em suas propriedades.

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques concluindo que não há necessidade de constituir perdas estimadas para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta nos exercícios de 2024 e 2023.

7 Investimentos

	2024	2023
Cooperfarms Agrobusiness – SPE LTDA. (i)	12.701	6.727
CCAB Participações S/A. (ii)	2.411	2.288
Sicred	2.106	1.668
Imbuia Agropecuária Ltda. (iii)	1.005	352
CoopGNP	3	-
	18.226	11.035

- (i) Refere a integralização de capital da cooperativa junto ao Cooperfarms Agrobusiness, empresa que foi constituída com a finalidade da construção de um prédio comercial de quatorze pavimentos, onde a nova sede administrativa da cooperativa será nos três primeiros andares e no último, e nos demais pavimentos serão comercializadas salas para os sócios, que participam do quadro social do Cooperfarms Agrobusiness juntamente com a cooperativa.
- (ii) A participação da Cooperativa no capital social da investida CCAB Participações é de 6,70%. A CCAB S/A é investidora na CCAB Agro Ltda., que é a empresa que comercializa determinados insumos agrícolas aos cooperados da Cooperativa. Conforme acordo de cotistas a Cooperativa é responsável até o limite do investimento na CCAB Participações S/A pela possível inadimplência de seus cooperados. Como forma de segurança e acompanhamento, periodicamente a CCAB Agro Ltda. informa a posição financeira dos cooperados e com base avaliação dessas informações em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Cooperativa entende que não há valores a serem registrados como perda. A CCAB Participações S/A emite os demonstrativos de acordo com o ano safra.
- (iii) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital na empresa Imbuia Agropecuária Ltda. Até o encerramento do exercício social de 2024, a empresa não possui movimentação, sendo assim, não foi feito o cálculo de equivalência patrimonial.

8 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação			2024	2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	11.140	(1.048)	10.092	10.538
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16% a 21%	351	(350)	1	1
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	1.248	(360)	888	1.033
Computadores e periféricos	10% a 20%	280	(149)	131	146
Móveis e utensílios	10%	215	(116)	99	118
Veículos	10% a 20%	846	(256)	590	514
Instalações	-	597	(44)	553	418
Imobilizado em andamento	-	1.211	-	1.211	58
		15.888	(2.279)	13.565	12.826

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

b Movimentação do custo histórico em 2024 e 2023

	1º/1/2024	Adições	Baixas	Transferências	2024
Edificações	11.140	-	-	-	11.140
Benfeitorias em imóveis de terceiros	351	-	-	-	351
Máquinas e equipamentos	1.235	13	-	-	1.248
Computadores e periféricos	257	23	-	-	280
Móveis e utensílios	215	112	-	(112)	215
Veículos	745	329	(228)	-	846
Instalações	418	26	-	153	597
Imobilizado em andamento	58	1.194	-	(41)	1.211
	14.419	1.697	(228)	-	15.888

	1º/1/2023	Adições	Baixas	2023
Edificações	11.140	-	-	11.140
Benfeitorias em imóveis de terceiros	351	-	-	351
Máquinas e equipamentos	968	459	(192)	1.235
Computadores e periféricos	195	62	-	257
Móveis e utensílios	166	49	-	215
Veículos	500	245	-	745
Instalações	-	418	-	418
Imobilizado em andamento	-	58	-	58
	13.320	1.291	(192)	14.419

c Movimentação da depreciação acumulada em 2024 e 2023

	1º/1/2024	Adições	Baixas	2024
Edificações	(602)	(446)	-	(1.048)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(350)	-	-	(350)
Máquinas e equipamentos	(202)	(158)	-	(360)
Computadores e periféricos	(111)	(38)	-	(149)
Móveis e utensílios	(97)	(19)	-	(116)
Veículos	(231)	(154)	129	(256)
Instalações	-	(44)	-	(44)
	(1.593)	(859)	129	(2.323)

	1º/1/2023	Adições	Baixas	2023
Edificações	(156)	(446)	-	(602)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(346)	(4)	-	(350)
Máquinas e equipamentos	(118)	(124)	40	(202)
Computadores e periféricos	(72)	(39)	-	(111)
Móveis e utensílios	(83)	(14)	-	(97)
Veículos	(103)	(128)	-	(231)
	(878)	(755)	40	(1.593)

9 Fornecedores

a Composição do saldo

	2024	2023
Fornecedores de mercadorias e serviços	70.973	60.593

b Fornecedores por prazos de vencimento

	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	793	1.736
De 31 a 60 dias	20	-
De 61 a 90 dias	3.381	-
De 91 a 120 dias	1.275	-
De 121 a 150 dias	12.525	6.754
De 151 a 180 dias	1.128	13.534
De 181 a 365 dias	11.072	22.849
	30.194	44.873
Vencidos		
Até 30 dias	38.438	2.760
De 31 a 60 dias	151	1.920
De 61 a 90 dias	313	207
De 91 a 120 dias	1.877	848
De 121 a 150 dias	-	1.348
De 151 a 180 dias	-	45
De 181 a 365 dias	-	8.592
	40.779	15.720
	70.973	60.593

10 Obrigações com cooperados

a) Composição do saldo

	2024	2023
Obrigações com cooperados	27.330	12.132

b) Obrigações com cooperados por prazos de vencimentos

	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	4.234	2.111
De 121 até 150 dias	1.093	-
De 151 até 180 dias	128	43
	5.455	2.154
Vencidos		
Até 30 dias	9.143	9.075
De 31 até 60 dias	7.805	1
De 61 a 90 dias	1.696	-
De 91 a 120 dias	3.231	-
De 181 até 360 dias	-	902
	21.875	9.978
	27.330	12.132

11 Adiantamentos de clientes

	2024	2023
Adiantamento de clientes	2.912	23.891

Os adiantamentos obtidos junto aos clientes têm como objetivo a viabilização financeira das compras dos produtos e insumos agrícolas vendidos.

12 Venda para entrega futura

	2024	2023
Venda para entrega futura	9.457	13.336

As vendas para entrega futura têm como objetivo garantir o preço e antecipar as vendas de insumos agrícolas aos cooperados.

13 Passivos contingentes

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a contingências e riscos relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em opiniões ou pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Cooperativa, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, não existia ação no polo passivo, de natureza trabalhista, cível e /ou tributária classificada como perdas possível.

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2024, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 50% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c Reserva de incentivos fiscais

Incentivo fiscal estadual de exclusão de ICMS da base de cálculo do IRPJ no exercício de 2022, conforme artigo 30 da Lei 12.973 de 2014, revogada em 2024.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

	2024	2023
Sobra líquida do exercício	9.921	31.336
Transferência do lucro com ato não cooperado para RATES	-	(9.892)
Absorção do prejuízo com ato não cooperado com Reserva legal	2.504	-
Utilização da RATES	5.019	3.604
Recomposição de reserva para incentivos fiscais	-	(7)
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal – 50%	(8.722)	(12.524)
RATES – 5%	(872)	(1.252)
Sobras à disposição da AGO	7.850	11.265

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2024:

a Transações comerciais

As transações comerciais com essas pessoas são realizadas em condições normais, portanto, nas mesmas condições dos demais cooperados em transações idênticas. Os saldos das partes relacionadas com a Cooperativa são os seguintes em 31 de dezembro de 2024:

Natureza da operação	Membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal
Contas a receber – R\$	2.802.224
Produtos armazenados – R\$	11.378.298
Adiantamentos ativos – R\$	-
Fornecedores – R\$	3.142.117
Adiantamentos passivos - R\$	254.463

Os produtos armazenados referem-se substancialmente a insumos agrícolas (defensivos, micronutrientes e sementes) para utilização na safra.

b Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

Em 2024, os membros da Diretoria Executiva receberam o montante de R\$ 4.869 (R\$ 1.387 em 2023), referente a remuneração pelas atividades desprendidas na Cooperativa. Os Conselhos de Administração e Fiscal não são remunerados.

16 Ingresso operacional líquido

	2024	2023
Ingresso operacional bruto		
Vendas de produtos e mercadorias	604.414	632.618
Prestação de serviços	34.278	34.321
	638.692	666.939
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(12.889)	(21.587)
Deduções e abatimentos	(10.490)	(12.478)
	(23.379)	(34.065)
	615.313	632.874

17 Dispêndios com pessoal

	2024	2023
Salários e ordenados	(3.292)	(3.365)
PPR	(4.081)	(3.264)
INSS	(961)	(942)
13º salários e férias	(728)	(821)
Assistência médica	(798)	(762)
FGTS	(574)	(288)
Alimentação	(277)	(261)
Outros	(235)	(139)
	(10.946)	(9.842)

18 Dispêndios administrativos

	2024	2023
Confraternizações	(1.588)	(1.533)
Serviços de terceiros	(2.323)	(1.525)
Materiais de uso e consumo	(332)	(1.375)
Perdas com créditos esperadas	-	(1.241)
Depreciações	(1.315)	(787)
Segurança patrimonial	(420)	(427)
Licenças	(399)	(372)
Seguros	(525)	(347)
Viagens e estadias	(1.057)	(272)
Brindes	(220)	(208)
Energia elétrica	(143)	(167)
Cursos e treinamentos	(756)	(134)
Combustíveis e lubrificantes	(222)	(95)
Publicidade e material gráfico	(37)	(71)
Internet e telefonia	(25)	(47)
Frete e carretos	(637)	(23)
Uniformes	(68)	-
Outros	(235)	(472)
	(10.302)	(9.096)

19 Outros ingressos e dispêndios operacionais

	2024	2023
Recomposição de margem	1.219	7.294
Recuperação tributária	2.540	2.614
(Perdas) reversão em ato não cooperado	(1.323)	150
Sobras e dividendos recebidos	195	71
Bonificações recebidas	249	-
Doações e patrocínios	(138)	(21)
Outras receitas	180	146
	2.922	10.254

20 Resultado financeiro

	2024	2023
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.427	4.760
Juros ativos	763	-
Descontos obtidos	2.952	1.377
Variação cambial ativa	8.060	3.427
Outros ingressos financeiros	173	33
	18.375	9.597
Dispêndios financeiros		
Despesas bancárias	(148)	(20)
Descontos concedidos	(752)	7
Variação cambial passiva	(8.833)	(4.299)
Outros dispêndios financeiros	(1.250)	(223)
	(10.983)	(4.535)
	7.392	5.062

21 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.921	36.457
Adições	396	-
Exclusões	(363)	(116)
(-) Resultado operações com cooperados	(12.425)	(21.444)
Base de cálculo	(2.471)	14.897
Imposto de renda	-	(3.759)
contribuição social	-	(1.362)
Valor do imposto de renda e da contribuição social	-	(5.121)

22 Demonstração das sobras/lucros ou perdas/prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo a Lei 5.764/1971 e a interpretação técnica ITG 2004 – Entidade Cooperativa, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2024			2023		
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional líquido	586.561	28.752	615.313	610.091	22.783	632.874
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(565.815)	(28.086)	(593.901)	(569.724)	(22.655)	(592.379)
Sobra bruta	20.746	666	21.412	40.367	128	40.495
(Dispêndios) ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal, administrativos, tributários e gerais	(13.419)	(5.464)	(18.883)	(18.953)	9.853	(9.100)
Sobra antes do resultado financeiro	7.327	(4.798)	2.529	21.414	9.981	31.395
Resultado financeiro	5.098	2.294	7.392	30	5.032	5.062
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.425	(2.504)	9.921	21.444	15.013	36.457
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(5.121)	(5.121)
Sobra/lucro líquido do exercício	12.425	(2.504)	9.921	21.444	9.892	31.336

23 Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

	<u>Nota</u>	<u>Classificação</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4	(i)	581	7.278
Aplicações financeiras	4	(ii)	46.354	41.106
Contas a receber	5	(i)	59.247	29.940
			<u>106.182</u>	<u>78.324</u>
Passivo				
Fornecedores	9	(iii)	70.973	60.593
Obrigações com cooperados	10	(iii)	27.330	12.132
Arrendamentos a pagar		(iii)	197	693
			<u>98.500</u>	<u>73.418</u>

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivos ao custo amortizado.

24 Análise e gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de créditos e/ou concentração, de liquidez, da atividade, de taxa de juros e taxa de câmbios. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Cooperativa, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

a Riscos de créditos e/ou de concentração

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

É adotada política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito, e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência.

Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de frustrações de safra, no entanto, por conta desse risco, é mantida posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	581	7.278
Aplicações financeiras	4	46.354	41.106
Contas a receber	5	59.247	29.940
		106.182	78.324

b Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e os próprios cooperados.

O gerenciamento do risco de liquidez considera análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos associados.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,60 (1,30 em 2023) e 1,60 (1,29 em 2023), respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e refletem o fluxo financeiro da Cooperativa:

	2024		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	581	581	-
Aplicações financeiras	46.354	46.354	-
Contas a receber	59.247	59.247	-
	106.182	106.182	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	70.973	70.973	-
Obrigações com cooperados	27.330	27.330	-
Arrendamentos a pagar	197	197	-
	98.500	98.500	-

	2023		
	Fluxo de caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	7.278	7.278	-
Aplicações financeiras	41.106	41.106	-
Contas a receber	29.940	29.940	-
	78.324	78.324	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	60.593	60.593	-
Obrigações com cooperados	12.132	12.132	-
Arrendamentos a pagar	693	505	188
	73.418	73.230	188

c Riscos da atividade

As principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando basicamente com o fornecimento de insumos agrícolas e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito.

As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

d Riscos de taxas de câmbio

Para administrar seu risco cambial, são utilizadas operações de compras e vendas em moeda estrangeira. A política de gestão de risco financeiro define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixas previstos.

25 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.